



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

MARÍLIA FERREIRA RODRIGUES

ARQUIVO ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

JOÃO PESSOA
2015

MARÍLIA FERREIRA RODRIGUES

ARQUIVO ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Artigo apresentado á banca examinadora da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Orientador: Profº: Drº Carlos Xavier de Azevedo Netto

JOÃO PESSOA

2015

MARÍLIA FERREIRA RODRIGUES

ARQUIVO ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Relatório final, apresentado a Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências para a obtenção do título de Bacharel em Arquivologia.

Aprovada em 10 de março de 2015.

Banca Examinadora

Prof^o. Dr^o. Carlos Xavier de Azevedo Netto
(Examinadora – DCI/UFPB)

Prof^a. Dr^a. Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira
(Examinadora – DCI/UFPB)

Prof^a. Ms. Thaís Catoira Pereira
(Examinadora – PPGCI/UFPB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R696a Rodrigues, Marília Ferreira.

ARQUIVO ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL/
Marília Ferreira Rodrigues. – João Pessoa, 2017.
27f.: il.

Orientador (a): Prof^o Dr. Carlos Xavier de Azevedo Netto.
Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia) – UFPB/CCSA

1. Arquivo. 2. Documento. 3. Memória 4. Institucionalização. 5.
Universidade Federal da Paraíba. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:930.25(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor (a).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 MEMÓRIA	9
2.1 Memória constituída de passado presente e futuro.....	11
2.2 Lugares de memória	12
3 DOCUMENTO	16
3.1 Outros formatos de documento	18
4. O ARQUIVO COMO LUGAR DE MEMÓRIA	20
5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO E A GESTÃO DOS ARQUIVOS NO BRASIL TEVE INICIO NA DÉCADA DE SETENTA	20
6. CONSIDERAÇÕES	23
7. REFERÊNCIAS.....	26

ARQUIVO ENTRE A MEMÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL

Marília Ferreira Rodrigues
Universidade Federal da Paraíba
mariliafrs10@gmail.com

Resumo

O artigo apresenta conceitos e características de memória, documento, exemplifica também o arquivo como lugar de memória e detentor de informação em algumas instituições da Paraíba. Busca analisar o processo de Institucionalização e a gestão do campo arquivístico na década de mil novecentos e setenta no Brasil, em relação ao fazer arquivístico. Analisa as contribuições dos pesquisadores internacionais que vieram ao nosso país, trazendo técnicas arquivísticas voltadas a organização e preservação para documentos arquivísticos, favorecendo as atividades desenvolvidas pelos funcionários de instituições públicas do Brasil. Foram utilizados na pesquisa recursos teóricos e metodológico da literatura científica.

Palavra-chave: Arquivo, Documento, Memória, institucionalização.

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais estar bem informado é uma necessidade de todas as pessoas, inclusive dos profissionais da informação. Para isso é necessário um acervo documental organizado para que os usuários possam usufruir das informações e adquirir conhecimento sobre sua origem e assim preservar sua história.

A criação de instituições culturais referentes à memória e ao patrimônio cultural mundial dentre as quais encontra-se os arquivos, as bibliotecas e os

museus, e demais instituições-memória, como lugares detentores de informação, são de fundamental importância para a cultura de uma sociedade.

Tais instituições vêm ao longo do tempo disponibilizando informações sobre a origem cultural de determinados povos. A cada dia as pessoas buscam mais informações sobre suas origens e como viviam seus antepassados.

Experiências vivenciadas em minha vida acadêmica, em visitas aos arquivos, as bibliotecas, aos museus, as instituições-memória e em estágios realizados em arquivos de instituições públicas detentoras de acervos em suportes variados, tais como: papel, mapas cartográficos, quadros de arte, fotos, utensílios domésticos, roupas e calçados, monumentos arquitetônicos entre outros, dentro do universo informacional. Tudo isso me possibilitou observar que esses lugares possuem um grande patrimônio cultural informacional em seus acervos, no qual estão exemplificadas, materializadas e simbolizadas em suportes variados. Também é possível observar informações sobre a história e a cultura daquela localidade na qual o acervo está inserido, um bem cultural acessível a todas as pessoas.

Outro fato que pude observar foi que alguns destes acervos (documentos, utensílios entre outros, denominados de suporte da memória) não possuíam tratamento adequado em relação à conservação, a preservação, e a disponibilização da informação, havia vários problemas de acondicionamento e tratamento técnico, além da falta de classificação adequada a documentação destes acervos. Mas esse olhar destina-se a uma visão de estudante de arquivologia e tende a ser diferenciada a de outros visitantes.

O Objetivo deste artigo é apresentar conceitos de memória e documentos como patrimônio cultural, exemplificando também Lugares de Memória e a Institucionalização do Campo Arquivístico na década de setenta em relação ao fazer arquivísticos.

Na Metodologia, o estudo realizado foi feito através de dados coletados por meio de pesquisa bibliográfica e exploratória em livros, artigos científicos, monografias, entre outros materiais existentes na literatura nacional pertinentes ao assunto em questão.

Na bibliografia pesquisada foram encontradas informações sobre o surgimento da escrita nas civilizações do médio Oriente, a cerca de seis mil anos. Já na Europa a escrita foi a partir da Idade Média, que os arquivos nacionais passaram a se organizar. (PEREIRA; CHAGAS, 2011, p 321.).

Tendo em vista a preservação de costumes e tradições de uma determinada comunidade, esta se dá a partir da preservação e conservação da informação de sua memória cultural dentro do universo arquivístico. E torna-se possível se os seus referenciais de memória forem disponibilizados e socializados com os membros da comunidade, por meio de informações acessíveis. Pois a essência do arquivo também se constituiu pela memória no momento da materialização da informação.

Não se pode falar de memória sem dizer que a mesma está referenciada nos documentos. Segundo Paes (2006, p. 26) o documento é visto como “[...] registro de uma informação independente da natureza do suporte que a contém”.

“Os materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”. (LE GOFF, 1990, p. 462). Nesta perspectiva é possível verificar que os autores citados acima, tratam o documento como suporte de fundamental importância de uma memória registrada nos mais variados suportes.

Já Buckland (2004, p. 6) em seu texto, *Information as thing*. “[...] o legado dos documentalistas em usar “documento” como um termo genérico denota alguma fonte de informação física no lugar de limitá-la a objeto-textual num específico meio físico como papel, papiro, pergaminho, ou microforma”, desenvolvido pelos profissionais da informação.

Assim, consideramos aqui o documento como uma forma de representação de um conjunto de coisas, ou seja, “informação-como-coisa” (Buckland, 2004, p. 4) que nos é apresentado para fundamentar a construção da memória dos povos de uma sociedade, por meio de uma expressão, descrição ou representação. Pois cada ser possui um olhar interpretativo das informações que lhe é fornecida.

2 A MEMÓRIA

Podemos dizer que a memória é algo que nos transporta ao passado, quando nos lembramos dos momentos importantes e marcantes de nossa vida. Geralmente lembranças vivenciadas individualmente ou com outras pessoas, momentos inesquecíveis de lugares visitados.

A ordenação dos vestígios por parte da nossa memória nos permite uma leitura ordenada, organizada, com uma pré-ordenação dos fatos lembrados.

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não naturais. (NORA, 1993, p. 8)

Para Nora (1993, p. 15), a memória ao ser registrada e materializada por meio da escrita, passa a fazer parte da história, e dá lugar a uma memória arquivística, ou seja, “à constituição vertiginosa e gigantesca do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar”. Então, observa-se que:

Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testemunho, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. (NORA, 1993, p. 21-22).

Podemos observar que o arquivo é um lugar onde as memórias e as informações estão armazenadas, e para ter acesso a essas informações que estão materializadas nos mais variados tipos de suportes (pedra, argila, papiro, papel, pergaminho entre outros), é necessário que estas informações sejam preservadas e organizadas com técnicas necessárias e adequadas ao tratamento e armazenamento da informação. Isto favoreça a disseminação da informação ao indivíduo ou usuário dela necessite.

Ainda que não estando mais lá, o passado é *reconhecido* como tendo estado. É claro que podemos colocar em dúvida uma tal pretensão de verdade. Mas não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela. (RICOUEUR, 2003, p. 2-3).

Para ele a história e a memória são responsáveis pelo desenvolvimento da escrita como meio de registrar, comunicar e exemplificar a experiência humana sobre um suporte material distinto do corpo, os povos da antiguidade utilizavam as marcas, os desenhos, os vestuários, os jardins e os monumentos como forma de registros de acontecimentos importantes. Já nos dias atuais são utilizados novos suportes desenvolvidos pelo homem tais como: papel, disco compacto, cd, dvd, pen-drive entre outros formatos de armazenamento de documentos na forma digital.

Para nós a memória apresenta-se inicialmente em nosso pensamento, e é composta de lembranças. Algumas vezes estas tornam-se heranças simbólicas e são materializadas por meio de utensílios que possuímos (trechos, troços e coisas), possibilitando assim a origem dos arquivos públicos e com a construção de um conhecimento vivenciado por uma determinada pessoa ou uma sociedade, que estão relatos em testemunhos documentais de vários grupos de indivíduos da antiguidade.

O testemunho é, num sentido, uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada: o indivíduo afirma a alguém que foi testemunha de alguma coisa que teve lugar; a testemunha diz: “creiam ou não, em mim, eu estava lá [...]”. Mas o testemunho é, ao mesmo tempo, o ponto fraco do estabelecer da prova documental. (RICOEUR, 2007, p. 3)

Então podemos dizer que a memória apresenta-se de forma materializada e simbólica, através de seus referentes, exercendo determinada função em um recorte espaço-temporal. Fica claro que são os cidadãos que constroem a sua história ao registrar fatos cotidianamente (individual ou coletiva) por meio da reconstrução de suas memórias. Mesmo com uma grande variedade de suporte, a responsabilidade da preservação da informação é atribuída à escrita como veracidade de um fato, ou seja, o registro é importantíssimo para a preservação da nossa história.

2.1 Memória constituída de passado, presente e futuro

Quando nos reportamos a algum fato ou a um acontecimento do passado sentimos uma nostalgia de algo que ficou parado no tempo, e a memória relembra este fato. Concordo com os pensamentos de Dourado (2013), que com um olhar mais cuidadoso, relata a memória como sendo dinâmica em três dimensões temporais e podendo ela nos conectar ao passado de forma nostálgica, ao presente na nossa realidade, mas com vista no futuro planejado, ao ser evocado por nossas lembranças. Esta concepção também pode ser entendida como:

“Arquivar a própria vida requer um esforço de seleção relativo ao que pretende lembrar e esquecer, visto que os objetos não selecionados para compor o acervo pessoal, tem o descarte como destino”. (NORA, 1993, p.05).

A memória coletiva tende a atuar, preservando a herança simbólica dos de uma localidade para que os mesmos possam construir sua própria identidade e possam se firmar como parte integrante de um grupo. Entretanto "se você quer pertencer a uma comunidade, deve seguir as regras de como lembrar e do que lembrar." (ASSMANN, 2013, p.1).

Essas ações tendem a funcionar como um esforço do grupo, possibilitando a recuperação e reconstrução do passado contra o esquecimento acumulado com o passar tempo e dando assim subsídios para que as pessoas entendam o mundo.

Nos dias atuais os indivíduos são detentores de uma grande quantidade de informações patrimoniais em sua memória, demonstrando assim que a sociedade preocupa-se com o seu patrimônio memorialístico. E com a preservação de seus costumes culturais, no qual são materializados em forma de registros.

2.2 Os lugares de memória

Os Museus, os Centros Históricos, os Casarões, as Bibliotecas e os Arquivos Públicos e Privados estes lugares são compostos de um grande acúmulo de símbolos informacionais (objetos de valor afetivo e valor histórico), que revelam a forma de vida de uma determinada pessoa ou de uma sociedade. Na perspectiva Chagas (2005, p. 34) ele diz que “um povo só preserva aquilo que ama. Um povo só ama aquilo que conhece”.

A uma grande necessidade de preservação, conservação e de disseminação da informação e do conhecimento cultural nos dias atuais e o tratamento adequado por meio de profissionais capacitados se faz necessário nesse momento. Ultimamente podemos encontrar nesses lugares pessoas trabalhando nesse tratamento dos símbolos documentais, um exemplo disso a fundação Joaquim Nabuco em Pernambuco, onde os documentos sobre o cotidiano das pessoas ilustres do estado estão sendo restaurados por profissionais capacitados.

As Instituições-memória ou os lugares de memória são excelentes lugares na compreensão dos objetos e os documentos em geral que exemplifica a cultura de um grupo de indivíduos. Definidas a partir de um olhar do visitante e do pesquisador. Ambas as denominações podem ser entendidas como um lugar detentor de informação.

Consideramos que os documentos são fontes de memória que possuem suportes e formas diferenciados, no qual podemos encontrá-lo nas mais variadas formas como: papel, vestuários e utensílios domésticos entre outros, que serve para informar as pessoas sobre os costumes de determinados povos ou até dela mesma (por meio de seus antepassados). Para Fragoso (2008) “a análise de uma instituição-memória pode estar relacionada á ação de diagnosticá-la, descrevendo o que ela é como se relaciona com outras instituições”.

Caracterizada pela construção da memória coletiva de determinados povos e com sua representação em forma de símbolos informacionais, as instituições-

memória ou lugares de memória são canais de comunicação com a sociedade em geral, e ao serem visitadas pelos usuários, no qual pretendem ter acesso ao conhecimento representados nos mais variados suportes e símbolos informacionais e usufruir de seus serviços. No momento da visita muitos lugares de memória promovem palestras educacionais e tentam repassar aos seus usuários uma conscientização sobre preservação e conservação do patrimônio cultural mundial. Onde os cidadãos devem conhecer as políticas públicas de preservação cultural e são instruídos quanto as suas responsabilidades junto ao patrimônio cultural mundial.

A preocupação com a preservação dos documentos repletos de memória informacional tornou-se uma necessidade da sociedade atual, conforme nos informa Dodebei (2011, p. 37- 38).

Os povos ágrafos constroem suas memórias coletivas, de uma forma virtual, pela herança de seus antepassados, da mesma forma como fazia toda a humanidade antes que fosse desenvolvida a tecnologia da escrita [...] convivemos com essas duas formas de memória, aquelas de caráter processual próprias da natureza oral da produção de conhecimentos e as memórias auxiliares formadas por registros desses conhecimentos e que podem ser representadas pelo que Pierre Nora denominou de 'lugares de memória': arquivos, bibliotecas, museus entre outros.

Já Fragoso (2008), denomina esses lugares como instituições-memórias relacionadas à conservação e a preservação dos acervos.

O importante é que estas instituições-memórias têm como missão organizar, conservar, tratar e guardar as informações referentes à memória e preservá-las visando sua disponibilização e disseminação para as futuras gerações, como forma de compreensão do passado. Nesse pensamento é possível dizer que as instituições-memória são lugares que abrigam conjuntos documentais responsáveis pela guarda e manutenção da memória dos povos desde o surgimento da escrita até os dias atuais.

Muitos destes lugares possuem acervos nos mais variados suportes para que os visitantes possam conhecer e entender, a estrutura organizacional de cada

uma destas instituições-memórias e lugares de memória, caracterizados e denominados como: arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação que abrigam conjuntos documentais que tende a perdurar no tempo e manter viva a história das civilizações.

Ao conhecer a natureza das instituições na qual estão inseridos os: arquivos, bibliotecas museus, fundações e instituições-memórias etc., do nosso país. E importante dizer que as instituições estabelecem relações institucionais entre si, e exercem parcerias em pesquisas sobre a conservação e a preservação do patrimônio cultural nacional. Galindo diz que “os documentos preservados viabilizam a transferência do conhecimento que se processa pela informação contida nos registros informacionais”. (GALINDO, 2005, apud FRAGOSO, 2008, p.16)

Temos que ir além, e precisamos de pessoas capacitadas para analisar os documentos e de incentivo cultural por parte do poder público e das instituições privadas para uma melhor disseminação da informação cultural do nosso Patrimônio Cultural.

Para Jardim 1995, (Robert 1990) “os arquivos constituem a memória de uma organização qualquer que seja a sociedade, uma coletividade, uma empresa ou uma instituição, com vistas a harmonizar seu funcionamento e gerar seu futuro. Eles existem porque há necessidade de um memória registrada”. Atualmente é possível observar que os arquivistas devem contar com a colaboração de outros profissionais na organização dos arquivos, já que cada acervo possui sua especificidade. Mas é o arquivista que tem a capacidade de definir como constituirá a memória do acervo de uma instituição ou organização.

Concordo com Lima (1992) quando diz que: “Um país sem arquivistas e um país sem arquivos, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos”.

Exemplifico aqui alguns lugares detentores com Acervos da Memória e do Patrimônio Cultural ou Instituições-Memória do nosso Estado.

INSTITUIÇÕES DE MEMÓRIAS NA PARAIBA		
INSTITUIÇÃO (NOME)	FILIAÇÃO	DATA DE FUNDAÇÃO
Arquivo Afonso Pereira – APP	Privada	1998
Academia Paraibana de Letras – APL	Privada	1941
Centro Cultural de São Francisco – CCSF	Privada	1990
Fundação Casa de José Américo – FCJA	Pública	1982
Fundação Padre Ibiapina – FPI	Pública	1954
Instituto Histórico e Geográfico Paraibano – IHGP	Privada	1905
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP	Pública	1971
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN - Autarquia Federal	Pública	2005
Museu José Lins Do Rego – MJLR, da Fundação Espaço Cultural – FUNESC	Pública	1985
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - NDIHR, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB	Pública	1976-1979 Implantado e Instituído

Fonte: Marília Ferreira Rodrigues

As instituições são repositórios de informações da Paraíba acerca da cultura material e imaterial, da memória e da identidade da sociedade em geral, na qual são exemplificadas por meio de representações simbólicas. Avaliando as palavras de Fragoso (2008) ao realizar uma pesquisa sobre as instituições na cidade de João Pessoa-PB.

É possível conhecer a natureza de cada uma delas, sua missão, as ações, a informação patrimonial, a localização e as relações estabelecidas, os acordos, convênios e parceria em pesquisas sobre conservação e preservação do patrimônio entre as instituições. Avalia-se que as instituições-memória na

modalidade de arquivo, biblioteca, museus entre outros possuem informações patrimoniais riquíssima em seus acervos, cuja missão esta voltada á proteção do patrimônio cultural nacional. Para que possamos manter viva a historia de nossos antepassados e perpetuá-las para futuras gerações.

Ainda na perspectiva de Insituições-memória ou lugares detentores da memória Fragoso (2008, p. 9), dizer que:

Instituições-memória são órgãos públicos ou privados, instituídos social, cultural e politicamente, com o fim de preservar a memória, seja de um indivíduo, de um segmento social, de uma sociedade ou de uma nação; que tem funções de socialização, aprendizagem e comunicação, e disponibiliza informação patrimonial como fonte de pesquisa na construção de identidades e da história, e na produção de trabalhos científicos. (FRAGOSO, 2008, p. 9).

3 O DOCUMENTO

A palavra documento é muito utilizada como uma forma de registrar fatos ou acontecimentos da historia mundial, seja ela, de uma determinada pessoa ou de uma civilização. Caracterizada com a finalidade de servir ao homem, a palavra documento demonstra as atividades registradas pelo homem cotidianamente ao longo de sua historia. Ou seja, os documentos são compreendidos como aqueles que possuem sua origem nas atividades do cotidiano das pessoas. Mas no inicio do século XX era visto apenas como registro gráfico.

Segundo Meyriat (1981, p. 54) um objeto ou um escrito pode ser um documento ou não, isto vai depender da necessidade de uso. Pois “o documento é fruto de uma vontade, a de informar ou a de se informar”. Com o decorrer dos anos, ocorreu um grande acúmulo de documentos, originados com passar dos tempos.

Hoje em dia com as novas tecnologias da informação são produzidos grandes volumes de documentos com grande velocidade e que necessitam de tratamento técnico para uma melhor disponibilidade da informação.

O acesso rápido a essas informações despertaram a necessidade de uma organização eficaz com técnicas eficientes e profissionais capacitados no gerenciamento destes acervos.

Otlet, (1937, apud TANUS; RENAU; ARAÚJO, p.158) em uma visão contemporânea diz que o “documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica [...]”.

Podemos dizer que o conceito de documentos que estava atrelado a um suporte físico (arquivo morto), passa a dar lugar a palavra Documentação como uma ciência que estuda organiza e administra os documentos, um entendimento mais informacional, de conteúdo e de assunto. O arquivo tende a ser visto com o conceito de documentos de cunho informacional.

O importante é que o tratamento dado aos documentos informacionais possibilita o acesso e a recuperação das informações contextualizadas e assim possa beneficiar o entendimento e a necessidade informacional do indivíduo.

Os documentos são de extrema importância na vida das pessoas, eles contribuem para a formação da memória das civilizações, independente dos formatos ou dos suportes que tenham sido inseridos por uma determinada pessoa ou uma instituição. Existem vários suportes documentais que vão desde: um utensílio doméstico, um livro, uma peça de museu ou até mesmo um monumento arquitetônico.

Com o surgimento do curso de arquivologia no Brasil, novos olhares se voltaram para a preservação da história das civilizações por meio dos documentos textuais que extrapola a dimensão do suporte físico, passando a informar e a ter tratamento técnico eficiente e eficaz. Neste pensamento Le Goff (1990, p. 670), nos diz que “só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa”.

Essa valorização dos documentos como objeto e também como suporte do conhecimento informacional, no qual necessitam de técnicas de arquivamento para a conservação e preservação. É no ambiente de arquivo que o profissional arquivista desempenha suas atividades diárias, com a utilização das tecnologias e dos suportes digitais.

3.1 Outros formatos de documentos: Trocos, trecos e coisas

Em seu livro *Trecos, troços e coisas: Estudos antropológicos sobre a cultura material*. Daniel Miller relata em suas investigações e pesquisas uma preocupação em demonstrar o modo de vida e o cotidiano de um indivíduo ou uma civilização.

O livro é composto de um conjunto de trechos de varias obras, que relatam os objetos por ele denominados de troços, esses possuem uma relação com o indivíduo, por meio do convívio com esses objetos. Onde os trecos, troços e as coisas, são objetos de uma cultura material que está presente no cotidiano dos indivíduos por meio da usabilidade. Relatando uma relação entre os indivíduos e os objetos, onde estes objetos são vistos como um bem, algo que faz parte da historia de um indivíduo ou grupo deles. Tudo isso nos leva a crê que os trecos, troços e as coisas fazem parte de um passado de recordações, algo de valor inestimável. O antropólogo Miller demonstrar a utilidade dos trecos como algo particular ou algo universal. As roupas são um bom exemplo de que qual classe pertencia a um indivíduo, mas exemplificava a cultura e a classe social a qual aquele indivíduo pertence.

Os trecos, troços e coisas possuem uma finalidade útil. Na maioria das vezes esses objetos são peças com identidade única. Para o indivíduo uma representação daquilo que somos, sentimos ou como queremos ser representados.

Esses elementos foram complementos para a execução de varias atividades na vida pessoal ou social. Tudo isso esta relacionado ao nostálgico prazer de possuir

algo, ou seja, recordação momentânea, um saudosismo único que tem relação com a vida e a morte.

Miller passa a exemplificar os objetos que ele chama de coisas (roupas, e utensílios domésticos, etc.), e exemplifica as roupas, muitas vezes chamadas de endrumentaria. Essas vestimentas possuíam modelos diferentes, cada indivíduo de uma determinada classe social, se vestia de um determinado modo. “As roupas não são superficiais, elas são o que faz de nós o que pensamos ser.” (MILLER, 2013, p. 22-23).

Exemplificando assim valor de um indivíduo na classe social a que pertencia, seu nível cultural, educacional e seu poder aquisitivo.

Outro fato importante estava relacionado as moradias: as casas, os palacetes e os cortiços. Segundo o autor a definição das classes social dos indivíduos de uma determinada sociedade, era exemplificada de acordo com as convenções da época. Tudo isso por meio de uma referência visual.

Afinal os troços, trechos e coisas assim chamados por Daniel Miller, fazem parte de uma cultura material na qual exemplifica a forma de pensar e de agir de uma sociedade com comportamentos específicos.

Com isso podemos dizer que os objetos que nos rodeiam e que fazem parte do nosso cotidiano, são característica exemplar do nosso modo de pensar e agir, e como queremos ser representados. Hoje em dia ainda permeia a cultura do acúmulo de troços em nossas casas demonstram bem o quanto o acumulamos coisas, e que participamos de uma cultura voltada a tradições que são repassadas por nossos antepassados durante década, e assim vão passando de geração em geração até os dias atuais.

4 O ARQUIVO COMO LUGAR DE MEMÓRIA

Na literatura analisada é possível observar que a origem dos arquivos, está diretamente ligada a origem da escrita e a proliferação dos documentos, isso aconteceu por meio de relatos em forma de registros por parte dos nossos antepassados nas relações individuais, sociais, econômicas e jurídicas dos indivíduos durante séculos.

Este crescimento da quantidade de documentos textuais ocorreu da passagem da cultura oral para a escrita, com o passar do tempo e a origem dos arquivos torna-se importante para a sociedade.

Segundo Duarte (1997) o arquivo é memória que serve para informar um fato do passado e torná-lo presente alterando a realidade se necessário. Faz-se necessário que no decorrer do tratamento dos documentos dispostos no arquivo, seja realizada nos documentos a coordenação eficaz por meio de técnicas arquivísticas, políticas de preservação, éticas profissional, da legislação e do direito. No entanto essa é uma configuração que tem promovido debates sobre a teoria e a prática da Arquivologia.

No campo da historia podemos dizer que os relatos descritos nos documentos de arquivo ganham o estatuto de memória da humanidade. (DODEBEI, 2011, p. 44). E as relações dos arquivos com outras instituições acontecem por meio de troca de informações essa proximidade ocorre devido ao fato de ambos trabalharem com documentos das mais diversas variações e suportes.

5. A INSTITUCIONALIZAÇÃO A GESTÃO DOS ARQUIVOS NO BRASIL INICIADA NA DÉCADA DE MIL NOVECENTOS E SETENTA

A institucionalização dos arquivos no Brasil, esta relacionado ao seu descobrimento, já que os seus descobridores trouxeram na bagagem vários acervos como: roupas, utensílios domésticos e ate mesmo documentos pessoais e documentos de cunho histórico. Muito destes acervos foram incorporados ao cotidiano e as atividades desenvolvidas por estes indivíduos nos pais.

O acervo documental do Brasil referente a algumas atividades desenvolvidas pelos colonizadores é composto de documentos textuais, acordos e decisões firmadas entre Brasil e Portugal já que o país era colônia de Portugal.

Segundo Maia (2006) no Brasil a história da arquivologia começa com a vinda da família real, a corte portuguesa instalada no Rio de Janeiro em 1808.

Os documentos oficiais foram acumulando-se e necessitavam de organização, de armazenamento e de preservação, foi criado o Arquivo público do Império com o intuito de técnicas de preservação do acervo documental.

Em 1947 o curso de Arquivologia e administração de Documentos, da FGV-Fundação Getulio Vargas, possibilitou que essas instituições desempenhassem importante papel na organização dos arquivos e na gestão dos documentos públicos em todo o Brasil.

Já Silva (2010) diz que o marco da institucionalização passa pela atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) em 1943, que tinha como presidente Luiz Simões Lopes, no qual contribuiu na gestão dos documentos e expansão das funções de serviços públicos, de bibliotecas e arquivos em todo país. Cujas finalidades seria atender as necessidades de formação do profissional do serviço público na área administrativa buscando proporcionando sua qualificação.

Nas décadas de 1970 e 1980, o arquivo Central da FGV era considerado um modelo, uma referência em relação aos procedimentos técnicos adotados. [...] Os profissionais que trabalhavam com arquivos, visitavam o Arquivo Central para conhecer suas atividades e os procedimentos técnicos adotados na organização dos documentos [...] Deste modo, o Arquivo Central serviu para disseminar boas práticas arquivísticas em outras instituições que careciam de bons profissionais na área Silva (2010, p.100).

Maia (2006 apud ORRICO; SILVA, 2014, p. 4689) também apresenta uma cronologia da institucionalização do campo arquivístico nacional como sendo os mais importantes é a seguinte: 1972, a aprovação do curso superior pelo Conselho Federal de Educação; 1977, a graduação em Arquivologia nas universidades. Mas

é importante observar que ele mostra uma frágil conexão evolutiva entre um simples curso de técnicas da Diplomática realizado no Arquivo Nacional em 1911, com a organização acadêmica universitária da Arquivologia na década de 1970.

As transformações ocorridas no campo arquivístico atual decorre da formação de curso de graduação, a formação de docentes, eventos e produção científica em todo o país e também de diálogos estabelecidos com outras disciplinas, entre elas a Ciência da Informação.

Reconhecer a gestão do diretor do arquivo nacional José Honório Rodrigues que foi visto como um marco da Arquivologia no Brasil na época, já que o mesmo promoveu mudanças no ponto de vistas das relações entre teoria e prática do fazer arquivístico, já que o mesmo convidou vários autores para o Arquivo Nacional. La ocorreu um encontro entre várias pessoas envolvidas com a organização dos arquivos no mundo. Entre os autores, havia alguns de origem estrangeira que vieram ao Brasil para diagnosticar a situação arquivística do país. Dentre os autores convidados podemos citar os mais conceituados: Duchein, Schellenberg e Lodolini entre outros.

Dentre as contribuições desenvolvidas pelos estrangeiros, está a realização de cursos de capacitação, as palestras e a produção de relatórios técnicos proporcionando novas metodologias na organização dos arquivos no país, sendo em sua maioria arquivos públicos. Ocorreu também a orientação na construção e implantação de edifícios de arquivo.

Os autores também relatam que no Brasil existe uma distância entre a Arquivologia ensinada e a prática, pois os mesmos analisaram os arquivos públicos (BNDES, da Dataprev e da FGV) a pesquisa metodológica foi baseada na observação *in loco* onde o mesmo observou que o campo de trabalho no Brasil possui uma fragilidade teórica, e que tais profissionais possuem limitações como produtores do conhecimento. (CREPO, 2.000, p. 90).

Tais ações estavam voltadas na busca de soluções de problemas relacionados à administração de arquivos públicos e na qualificação dos profissionais. Com isso verificamos que a institucionalização dos arquivos tem origem em técnicas científicas baseadas na literatura do mundo inteiro.

Podemos analisar que existe necessidades de tratamento técnicos das documentações publicas dos arquivos no Brasil e a formação de profissionais habilitados na área de arquivo, faz com que varias decisões, sejam tomadas em relação a formação do profissional arquivista e ações de organização e preservação dos arquivos, por ele desenvolvidas nas instituições publicas. Foram também desenvolvidos trabalhos direcionados as: formação do profissional arquivista; a legislação profissional e a regulamentação dos arquivos.

Souza (2011) em sua pesquisa cita como se encontra a situação a respeito da criação, dos objetivos e das disciplinas ministradas nos 16 cursos de Arquivologia no país. Há maiorias destes cursos estão localizados na região sul e sudeste, pois os primeiros cursos na área de arquivologia tiveram origem nestas regiões. E no que diz respeito as associações de arquivo, o autor afirma que na realidade a fiscalização esta relacionadas as ofertas de vagas de trabalho apresentadas pelo mercado. Ou seja, o mercado de trabalho é visto como o foco da associação. Pois a visibilidade do arquivista no mercado de trabalho brasileiro é “pouca ou nenhum” na iniciativa privada e na publica a realidade esta mudando devido ao surgimento de novos profissionais em todo território brasileiro.

E preocupante saber que nos dias atuais o papel desempenhado pelas associações arquivistas no Brasil, ainda hoje tem a função principal à colocação e atuação dos profissionais arquivistas em seu verdadeiro lugar, no arquivo, já que tais lugares são ocupados por profissionais de outras áreas do conhecimento com pouca experiência ou nenhuma. Hoje o que os arquivistas precisam e de incentivo nas pesquisas científicas e de respeito a sua classe.

CONSIDERAÇÕES

Do ponto de vista da literatura analisada o arquivo pode ser visto como um lugar repleto da memória dos indivíduos, representados em formas variadas, seja um suporte de papel ou até mesmo um monumento arquitetônico representado como um patrimônio cultural nacional.

A memória faz parte do viver em sociedade, uma reconstrução do passado, trazendo de para o presente a volta varias lembranças á tempos esquecidas.

Como também as informações contidas nos documentos de acervos relatam a realidade vivida, o cotidiano de determinados povos em uma determinada época ou por década. Portanto a memória, os documentos e as instituições de memória são compostos de acervos arquivísticos ricos em informações.

A explosão documental possibilitou as pesquisas científicas por parte de vários profissionais da informação (Historiadores, Bibliotecários, Arquivistas entre outros) o estudo dos acervos documentais na busca de informação e com a utilização de instrumentos de pesquisa voltados ao armazenamento, acondicionamento e organização dos documentos na busca pela recuperação da informação. Numa visão mais ampla dizemos que o arquivo é um lugar riquíssimo em informações, na qual tais informações estão depositadas em suportes variados e que podem ser disponibilizadas aos usuários e pesquisadores no momento da busca. Atualmente a uma grande preocupação em preservar a informação contida nos mais variados suportes documentais (textuais e iconográficos) e monumentais (igrejas, conjunto arquitetônico, prédios, pontes), pois tudo isso faz parte da informação cultural da humanidade, tais documentos provam e comprovam a origem histórica das civilizações. Podemos dizer que a cultura material e a imaterial, é a representação do passado no presente e conscientização da preservação para o futuro.

Nota-se que a partir da revisão da literatura, a noção de campo arquivístico abrange práticas discursivas relacionadas as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos e instituição de memória, associações de profissionais, instituições de ensino de arquivologia, produtores de conhecimento arquivístico, usuários de arquivos relacionadas a preservação , conservação para manter viva a historia da humanidade. Com valorização da informação na produção e disseminação do conhecimento. Demonstra também a importância do trabalho desenvolvido e o papel desempenhado pelo profissional de arquivo com a informação.

ARCHIVE BETWEEN MEMORY AND CULTURAL HERITAGE

Abstract:

The article presents concepts and characteristics of memory, document, also exemplifies the archive as a place of memory and holder of information in some institutions of Paraíba. It seeks to analyze the process of Institutionalization and the management of the archival field in the one thousand nine hundred seventy decade in Brazil, in relation to archiving. Analyze the contributions of the international researchers who came to our country, bringing archival techniques aimed at organization and preservation archival documents, favoring the activities developed by the employees of public institutions in Brazil. Theoretical and methodology resources of the scientific literature were used in the research.

Keywords: Archive, Document, Memory, Institutionalization.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier. **Informações e memória: as relações na pesquisa**. Revista Eletrônica História em Reflexão, Dourados, UFGD, v. 1, n. 2, p. 1-19, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/historiaemreflexao_ed2/Informacaoe-memoria.pdf> Acesso em: 14 out. 2014.

BUCKLAND, Michael.K, **Information as thing**. Tradução de Luciane Artêncio. São Paulo: ECA/USP, v.45, 2004.

CRESPO, Cláudio Dutra. **O campo da arquivística e os arquivos setoriais: conhecimentos e práticas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação) – IACS, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

D'ARAUJO, Maria Celina. **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

DODEBEI, Vera Doyle. **Memória e Patrimônio: perspectivas de acumulação/dissolução no ciberespaço**. Aurora, v.10, p 36 - 38, 2011.

DOURADO, Flavia. **Espaços da Recordação**. Paraná. 2013. Disponível em: WWW. < www.iea.usp.br/noticias/memoria-cultural>. Acesso em: 06 janeiro de 2015.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Classificação e valor na reflexão sobre identidade social**. In: CARDOSO, Ruth. A aventura antropológica: teoria e pesquisa, 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XV ENANCIB 2014. **Além das nuvens: Expandindo as fronteiras da ciência da informação**. n. 15, p. 4686-5033, Belo Horizonte. **Anais...** ECI, UFMG, 2014.

FRAGOSO, Ilza da Silva. **Instituições-memória: modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa, PB, 2008**. 139f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2008.

FRAGOSO, Ilza da Silva; AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. **Modelos institucionais de proteção ao patrimônio cultural e preservação da memória na cidade de João Pessoa-PB**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2009.

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história**. 2011. 151f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da informação, v.25, n.2,1995.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão [et al.] Campinas, SP: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios)

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

MILLER, Daniel. Trecos, Troços e Coisas. **Estudos antropológicos sobre a cultura material**. Trad. Renato Aguiar. Zahar, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. São Paulo, n. 10, 1993.

ORRICO, Evelyn G. Dill; SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e a institucionalização do campo arquivístico no Brasil**. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação - XV ENANCIB 2014. Além das nuvens: Expandindo as fronteiras da ciência da informação. n. 15, Belo Horizonte. **Anais...** ECI, UFMG, 4686 - 4704, 2014.

PEREIRA, Ingrid Mickelle Lopes; CHAGAS, Pedro Dolabela. **Arquivo e Memória: uma análise dos conceitos de Arquivo**. *Revistas de Letras. Vitória da Conquista* v.2, n.3, p. 319-33, jul/dez, 2011.

PAES, Marielena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa, Dom Quixote, 1994.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Ed. Da FGV, 2006.

SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e Memória do Arquivo Central da FGV**. 2010. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivística, visibilidade profissional: formação associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: starprint, 2011.

TANUS, Gabrielle F. de S. C.; RENAU, Leonardo V.; ARAÚJO, Carlos A. A. **O conceito de documento em Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia**. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*. São Paulo, v. 8, n. 2, p. 158-174, jul/dez, 2012.